

FSM: um processo, vários sujeitos

Taciana Gouveia

Integrante da Direção Colegiada da ABONG

Este texto busca contribuir para os debates e, conseqüentemente, para o fortalecimento político do FSM a partir da análise de alguns campos de tensões / contradições que têm marcado, do nosso ponto de vista, a existência deste processo inédito na história política dos movimentos sociais. Não pretendemos com este texto esgotar todo o campo de questões, nem mesmo apontar possíveis respostas ou soluções, mas sim pontuar tensões que se não forem tratadas podem provocar a estagnação do FSM como um processo que mantém acesa a chama dos projetos emancipatórios.

As tensões e contradições que pretendemos analisar não são de modo algum novas questões, em um certo sentido podemos até dizer que são as questões de sempre, as questões que ao longo de tantos anos de lutas emancipatórias têm mantido conflitos, por vezes bastante estéreis, dentro do próprio campo político do que ainda queremos nomear como esquerda. Analisá-las é, para nós, um debate político fundamental, pois delas podemos desdobrar questões relacionados à Carta de Princípios, estratégias, metodologia, expansão e até mesmo a ocupação dos espaços nos territórios onde os eventos FSM se realizam, ainda que não o façamos no escopo deste texto.

Uma primeira questão que tem atravessado os quase 10 anos é se o FSM se constitui em si mesmo como um sujeito político. São muitas as visões e posições sobre tal fato e estas se revelam nos sempre presentes debates sobre se o FSM pode, ou deve, fazer pronunciamentos sobre assuntos vários, se produz ou não uma declaração final a cada evento, se tem ou não um papel mais ativo na articulação das lutas, se tem ou não algum poder de convocação. Ou seja, se é possível pronunciar palavras em nome do FSM. Diante das impossibilidades de se chegar a

um consenso¹, o FSM permanece até hoje como um Não sujeito. Um não sujeito por vezes nomeado de “espaço”, “processo”. Um não sujeito que é capaz de mobilizar cem mil pessoas em seus eventos, arrecadar recursos financeiros expressivos.

Não queremos aqui nos posicionar sobre o FSM ser ou não um sujeito, contudo não nos parece que por não ser um sujeito – o que é apontado por muitos e muitas como uma grande inovação política - tenha resolvido as questões da democracia interna, da participação e das disputas de poder entre sujeitos que fazem o FSM. Consideramos que as disputas e os conflitos são legítimos e constituem o cerne dos processos democráticos, mas para isto é preciso ter regras que possam ser acessíveis e legitimadas por quem está neles envolvido, regras que podem, inclusive, ser modificadas se não mais são capazes de comportar o avanço de um dado processo político.

Poderia-se objetar que o FSM, por não ser um ente, um sujeito, mas sim um espaço aberto, não teria problemas de democracia interna, dado que cada sujeito ou pessoa faz deste espaço o que lhe parecer mais importante, desde que não fira a Carta de Princípios.

Mas sabemos, todas e todos, que as coisas na verdade não se passam assim porque há decisões que são tomadas, seja no Conselho Internacional, seja no vários locais em que os processos FSM acontecem. Decisões feitas por sujeitos em nome de um não sujeito, um espaço, um processo abertos.

E aqui temos uma outra contradição: qual a amplitude deste espaço? Quais são as suas fronteiras, margens? Esta pergunta para ser por nós respondida requer que necessariamente analisemos como os projetos de emancipação têm no FSM um ponto de articulação e convergência. Talvez até devêssemos fazer uma pergunta anterior a esta: o FSM, como espaço ou processo, se coloca a partir da perspectiva emancipatória? Se respondemos sim a esta questão – e nós acreditamos que este é o sentido primeiro do FSM - estamos a reconhecer que há a dimensão do conflito, de oposições irreconciliáveis que produzem opressão e exploração de mulheres e homens (e entre homens e mulheres, negros/as e brancos/as, dentre outras) e que por

1 A metodologia do consenso tem grandes vantagens, possibilita argumentações e escutas ,em tese, mais abertas. Contudo, o consenso não impede que posições, nem sempre majoritárias, sejam as posições as posições decididas já que no não consenso há uma posição que se impõe. Portanto, nos processos em que se decide por consenso a disputa de poder se faz presente, ainda quando parece ser um acordo entre companheiros e companheiras , se bem que muito mais de companheiros que de companheiras.

assim ser temos que tomar partido (não no sentido de um partido político), nos posicionarmos do lado daqueles e daquelas que sofrem o peso cruel da dominação no seu dia-a-dia e das mais diversas formas.

Tomar o FSM como um processo de articulação e convergência das lutas emancipatórias é definir nossa linguagem comum, sem com isto construir um texto pós-moderno em que os fragmentos dos discursos se juntam sem que sentidos políticos sejam expressos. Também não é elaborar um decálogo em que tudo já está posto antes do acontecer histórico, pois como afirma Bensaid², “a dialética da emancipação não é uma marcha inevitável rumo a um fim garantido: as aspirações e expectativas populares são variadas, contraditórias, frequentemente divididas entre uma exigência de liberdade e uma demanda de segurança. A função específica da política consiste em articulá-las e conjugá-las por meio de um futuro histórico cujo fim continua incerto”.

Contudo, a incerteza do futuro não nos exime de definir margens e contornos do que pode caber no espaço aberto. Cabem no mesmo espaço, como aconteceu no FSM 2009, organizações com uma grande estrutura defendendo a construção da Usina Belo Monte e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)? Cabem no mesmo espaço organizações que são contra os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e o Movimento Feminista? Acreditamos firmemente que não, pois são contradições que não podem se resolver apenas por habitarmos pacificamente o mesmo território, dado que o território do FSM não é neutro, é político, é uma demarcação de posição. Além disso, o respeito à multiplicidade e diversidade não significa a eliminação das diferenças e, mais ainda, das desigualdades que são produzidas e reproduzidas pela dominação capitalista, patriarcal, racista e heterossexista.

Com isto não estamos querendo negar o direito à existência, participação e expressão de diversos agrupamentos sociais e/ou políticos, contudo não nos parece que reconhecer este direito significa necessariamente que todas as demandas sejam equivalentes apenas porque são demandas, há para nós uma centralidade dos sujeitos coletivos e de seus projetos emancipatórios, dos sujeitos que fazem a história acontecer como futuro e possibilidade, para um mundo radicalmente igualitário e justo.

2 Bensaid, Daniel Os Irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente. Boitempo Editorial, São Paulo, 2008

Estamos, desde as primeiras linhas deste texto, tomando o FSM como um processo político, contudo, há divergências também sobre o que define a substância do que seja política e quem está ou não apto para fazê-la. Sader,³ em seu mais recente livro “A Nova Toupeira”, afirma que as ONGs “são organizações que se definem por uma suposta rejeição à política”. Esta nos parece ser uma afirmação um tanto quanto fora de lugar, dado que as ONGs que se articulam no que chamamos campo ABONG não são organizações que rejeitam a política, nem nunca foram. Somos organizações que têm na ação política o seu sentido de existir. Muitas são parte de vários movimentos sociais e outras tantas são aliadas dos movimentos sociais. Este é um fato histórico inegável. Ora, se assim o é, a questão posta por Sader - aliada à avaliação por ele feita que muitos dos equívocos do FSM são causados pela presença das ONGs - deve ser lida a partir da própria noção de política.

Esta é uma querela antiga, mas que tem sido pouco analisada no próprio campo da esquerda e que guarda resquícios do debate sobre os sujeitos da história e em especial do lugar dos partidos políticos. Pensamos que não é mais possível considerar que apenas os partidos são os sujeitos políticos e que movimentos sociais cuidam apenas de suas questões específicas e, como o próprio nome já diz, sociais. Concordamos com Bensaid⁴ quando ele afirma que “a política surge e inventa-se no social, nas resistências à opressão, no enunciado de novos direitos que transformam vítimas em sujeitos ativos” e ainda “entre partidos e movimentos sociais. Mais do que uma simples divisão de trabalho, há uma reciprocidade e uma complementaridade. Enquanto a subordinação dos movimentos sociais aos partidos políticos significaria uma estatização do social, a dissolução dos partidos nos movimentos sociais significaria um inquietante enfraquecimento da política”.

Ou seja, o simples fato de um dado movimento ou organização não estar vinculado a um partido político não pode retirar de sua ação o seu sentido político, pois para nós o que define um sujeito político são os seus projetos de sociedade, a sua capacidade de criar uma ponte entre as explorações e opressões sofridas, muitas vezes solitariamente, pelas pessoas nos seus cotidianos

3 Sader, Emir A Nova Toupeira: os caminhos da nova esquerda latino americana, Boitempo, São Paulo, 2009

4 Bensaid, Daniel Os Irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente. Boitempo Editorial, São Paulo, 2008

e as estruturas de dominação das sociedades em que vivemos. É possibilitar a consciência que emancipa e anima as lutas. Ou, como muito bem expressa a formulação feminista, dar a conhecer que o pessoal é político.

Antes de ser uma defesa do campo de ONGs a que pertencemos, tanto no Brasil, como na América Latina e em outras redes internacionais, este nos parece ser um debate fundamental para o próprio processo FSM porque a restrição do que seja política tende a desqualificar o processo em si, supondo que a presença dos partidos e dos governos, tanto nos eventos como no CI, é o que daria ao FSM um estatuto político, possibilitando assim que deixasse de ser um espaço que “agrupa diversas formas de resistência ao neoliberalismo” (Sader, 2009) para se tornar, quem sabe, o formulador do verdadeiro projeto político.

Para nós, as ações de resistência que os diversos movimentos sociais vêm realizando muito antes da existência do FSM (para nós aconteceu exatamente o inverso, as lutas dos movimentos é que levaram à possibilidade do FSM existir) não podem ser pensadas como tendo como foco o neoliberalismo. Os movimentos sociais, com os seus avanços e recuos, foram desde suas origens lutas contra a dominação, lutas pela emancipação. Resistir não é ficar parado no mesmo lugar, resistir tem sido criar novas possibilidades e também realidades.

Contudo, muitas das visões que apontam para uma paralisia política do qual o FSM seria uma expressão se radicam, para nós, numa certa negação em enxergar os sujeitos ou alguns sujeitos e ao mesmo tempo buscar encontrar o sujeito perdido, aquele capaz de realizar as ações políticas totais.

Há anos que se fazem processos de “envelhecimento” e “rejuvenescimento” dos movimentos sociais, sem que muitas vezes se tenha certeza se ser “velho” ou “novo” é algo positivo ou negativo. Contudo, a grande questão não é encontrar a novidade, mas sim entender quais as lutas que cada movimento faz, em que contradições incide, com que sistema de dominação se confronta e como elas podem se articular sem perderem sua densidade ou ficarem submetidas a outros sujeitos. O capitalismo, o patriarcalismo, o racismo e o heterossexismo mudam aqui e ali suas roupagens, mas continuam produzindo exploração e opressão, inclusive apropriando-se de muitas das nossas causas para adestrá-las, tornado-as funcionais à dominação.

As velhas questões – e aquelas que de novas passaram rapidamente para ultrapassadas no olhar de alguns - continuam sendo exatamente o que nos movimenta. Entender como as dominações se articulam, pois essas são fortemente articuladas, e como as lutas políticas dos movimentos são capazes de juntas, no mesmo plano, desarticularem as dominações criando assim as possibilidades para a emancipação deve ser a nossa ação política fundamental. O encontro e as alianças políticas entre os sujeitos, com todos os conflitos, tensões e contradições é, no nosso ponto de vista, muito mais importante do que a busca eterna de novos sujeitos. Afinal, os sujeitos já são e já estão, tenhamos, então, olhos para vê-los.

Por fim, pensamos que o FSM como um não sujeito constituído por vários sujeitos pode avançar ainda sendo o espaço e processo não das multiplicidades que se dispersam, mas no sentido de “manter aberto o espaço utópico de uma alternativa global, mesmo que este espaço tenha que se manter vazio à espera do seu conteúdo”, tal como afirma Zizek⁵. E isto só pode ser feito fortalecendo os sujeitos políticos e seus processos emancipatórios.

5 Zizek, Slavoj “Lucha de clases o posmodernismo? Si, por favor! In Butler, J. Laclau, E , Zizek S Contingencia, Hegemonía, Universalidad. Diálogos contemporáneos em la izquierda. Fondo Cultura Economica, Buenos Aires, 2000.